

**JUSTIÇA SOCIAL E EQUIDADE NO ENSINO DA MATEMÁTICA: UM CONVITE
À INSUBORDINAÇÃO CRIATIVA**

**SOCIAL JUSTICE AND EQUITY IN MATHEMATICS TEACHING: AN
INVITATION TO CREATIVE INSUBORDINATION**

**JUSTICIA SOCIAL Y EQUIDAD EN LA ENSEÑANZA DE LAS MATEMÁTICAS:
UNA INVITACIÓN A LA INSUBORDINACIÓN CREATIVA**

Érica Santos Silva*  

Zulma Elizabete de Freitas Madruga**  

RESUMO

Neste artigo, apresenta-se a forma como as pesquisas acadêmicas voltadas ao ensino de Matemática tratam as relações entre equidade, justiça social e insubordinação criativa. Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica, cujos dados foram coletados no Google Acadêmico, no decorrer de três mapeamentos. No primeiro, utilizou-se a expressão-chave "justiça social AND equidade AND ensino de matemática"; "insubordinação criativa AND matemática"; e "justiça social AND equidade AND ensino de Matemática AND insubordinação criativa". Após a análise preliminar, com a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, foram selecionadas 13 investigações para serem analisadas nessa pesquisa. Os resultados apontaram que as investigações enfatizam a relevância de inserção de práticas pedagógicas que integrem a insubordinação criativa no Ensino de Matemática, como um imperativo de promoção de equidade e justiça social. As pesquisas convergem para a necessidade de reestruturar as práticas docentes, uma vez que o modelo tradicional de ensino frequentemente falha em atender às necessidades específicas dos estudantes, tornando-se, por vezes, excludente e desmotivador. Nesse contexto, a insubordinação criativa surge como uma abordagem viável e pertinente, pois valoriza a individualidade de cada estudante e contribui para a construção de um ambiente educacional mais equitativo, inclusivo e acessível a todos. Assim, o estudo deve contribuir para a discussão sobre a importância de uma Educação Matemática que não apenas ensine conteúdos, mas que também promova a transformação social.

Palavras-chave: Educação Matemática. Equidade. Justiça Social. Insubordinação Criativa. Mapeamento.

ABSTRACT

This article aims to understand how academic research focused on Mathematics teaching deals with the relationships between equity, social justice and creative insubordination, this is a qualitative, bibliographical research whose data were collected from the Google Scholar. Three mappings were

* Licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora de Matemática na Escola Educandário Sousa Brito (ESB), Lauro de Freitas, Bahia, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Germano M. de Oliveira, nº 19, Itinga, Lauro de Freitas, Bahia, Brasil, CEP: 42738-530. E-mail: ericasantossilva15@gmail.com.

** Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora adjunta de Ensino de Matemática no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Amargosa, Bahia, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Nestor de Melo Pita, 535, Centro, Amargosa, Bahia, Brasil, CEP: 45300-000. E-mail: betemadruga@ufrb.edu.br.

carried out. In the first, the key expressions "social justice AND equity AND mathematics teaching" were used; "creative insubordination AND mathematics"; and "social justice" AND equity AND "Mathematics teaching" AND "creative insubordination". After a preliminary analysis, with the application of inclusion and exclusion criteria, 13 investigations were selected to be analyzed in this research. The results showed that the research emphasizes the relevance of including pedagogical practices that integrate creative insubordination in Mathematics Teaching, as an imperative for promoting equity and social justice. The research converges on the need to restructure teaching practices, since the traditional teaching model often fails to meet the specific needs of students, sometimes becoming exclusionary and demotivating. In this context, creative insubordination emerges as a viable and pertinent approach, as it values the individuality of each student and contributes to the construction of a more equitable, inclusive and accessible educational environment for all. Thus, this study contributes to the discussion on the importance of a Mathematics Education that not only teaches content, but also promotes social transformation.

Keywords: Mathematics Education. Equity. Social Justice. Creative Insubordination. Mapping.

RESUMEN

Este artículo pretende comprender cómo la investigación académica centrada en la enseñanza de las Matemáticas aborda las relaciones entre equidad, justicia social e insubordinación creativa. Se trata de una investigación cualitativa, bibliográfica, cuyos datos fueron recolectados en Google Académico, donde se realizaron tres mapeos. En el primero se utilizó la expresión clave "justicia social Y equidad Y enseñanza de las matemáticas"; "insubordinación creativa y matemática"; y "justicia social" Y equidad Y "enseñanza de las matemáticas" Y "insubordinación creativa". Luego de un análisis preliminar, con la aplicación de criterios de inclusión y exclusión, se seleccionaron 13 investigaciones para ser analizadas en esta investigación. Los resultados mostraron que las investigaciones enfatizan la relevancia de insertar prácticas pedagógicas que integren la insubordinación creativa en la Enseñanza de las Matemáticas, como imperativo para la promoción de la equidad y la justicia social. Las investigaciones convergen en la necesidad de reestructurar las prácticas docentes, ya que el modelo tradicional de enseñanza muchas veces no logra satisfacer las necesidades específicas de los estudiantes, volviéndose en ocasiones excluyente y desmotivador. En este contexto, la insubordinación creativa surge como un enfoque viable y pertinente, ya que valora la individualidad de cada estudiante y contribuye a la construcción de un entorno educativo más equitativo, inclusivo y accesible para todos. Así, este estudio contribuye a la discusión sobre la importancia de una Educación Matemática que no sólo enseñe contenidos, sino que también promueva la transformación social.

Palabras clave: Educación Matemática. Equidad. Justicia social. Insubordinación creativa. Mapeo.

1 INTRODUÇÃO

O ensino da Matemática é essencial, no que tange aos desenvolvimentos cognitivo e acadêmico dos discentes, ao influenciar não somente nas habilidades técnicas, mas também nos aspectos sociais e culturais. Em um contexto escolar voltado a proporcionar equidade e justiça social, é importante refletir sobre as abordagens pedagógicas utilizadas no ensino da Matemática e como as práticas podem colaborar para uma educação mais inclusiva e equitativa, visto que a disciplina normalmente é considerada difícil e nem todos conseguem aprendê-la. É uma disciplina, ainda, "[...] vista pela grande maioria como algo a ser dominado somente por

poucos iluminados” (Sakay, 2007, p. 119), e essa crença estaria relacionada a questões “arraigadas e vivenciadas por todos nós” (Sakay, 2007, p.119), que é, na verdade, vista como resultado de um ensino tradicional e distante desse saber inclusivo e equânime.

Nessa mesma vertente, de acordo com Skovsmose (1994), a Matemática é um campo de conhecimento que pode ser importante instrumento para promover a justiça social, mas também pode perpetuar desigualdades, se não for abordada de forma crítica e consciente. Isso significa que a maneira como o conteúdo matemático é ensinado, a quem é direcionado e o contexto em que é apresentado, devem ser aspectos cuidadosamente planejados, para promover a equidade sob um prisma que considere os contextos socioculturais dos discentes, dentro do seu percurso de aprendizagem.

Normalmente, a abordagem tradicional do ensino matemático não atende às especificidades dos estudantes e não considera as diversidades culturais, socioeconômicas e individuais dos discentes, o que pode acentuar desigualdades e restringir o acesso e o sucesso de determinados grupos. Assim, mesmo diante de diversas estratégias e práticas para contornar as falhas do ensino tradicional, ainda há profissionais que optam por manter métodos nos quais “[...] os conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-aluno não tem nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais” (Libâneo, 1992, p. 2). Desse modo, o estudo da equidade e justiça social no ensino da Matemática tem como intuito abordar como os princípios de justiça e inclusão podem ser integrados à prática pedagógica, propiciando aos estudantes as oportunidades equitativas de aprendizagem.

A justiça social no ensino da Matemática inclui reconhecer e enfrentar as desigualdades encontradas tanto dentro quanto fora da sala de aula. Segundo Cotton (2001), a justiça social no ensino de Matemática implica que os cidadãos tenham competências e conhecimentos para aplicar noções matemáticas em diferentes contextos.

Entende-se que promover uma Educação escolar com equidade e justiça social é importante, porém difícil, visto que pode requisitar ações diferentes para garantir o exercício da cidadania, usando ferramentas para compreender desigualdades sociais, raciais e de gênero, por meio do ensino da Matemática, desde que seja trabalhada de forma crítica e não isolada (Carrijo, 2014; Skovsmose, 2007).

Justamente nesse panorama é que o conceito de insubordinação criativa aparece como lente inovadora, no intuito de promover e entender essas questões. A insubordinação criativa é um conceito que leva ao questionamento das normas estabelecidas, e a ruptura dos padrões tradicionais pode acarretar soluções criativas e transformadoras.

Nesse sentido, apresenta-se como questão direcionadora deste estudo: “Como as pesquisas acadêmicas abordam as relações entre equidade, justiça social e insubordinação criativa no ensino de Matemática?” Para responder a esse questionamento, o objetivo geral foi compreender como as pesquisas acadêmicas voltadas ao ensino de Matemática tratam as relações entre equidade, justiça social e insubordinação criativa.

2 EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL NOS DOCUMENTOS NORMATIVOS

Equidade e justiça social são conceitos bem relacionados e voltados a promover oportunidades equânimes e distribuição justa de recursos na sociedade. Enquanto com a justiça social podem ser corrigidas desigualdades estruturais, a equidade permite propor medidas específicas para garantir que todos tenham acesso às mesmas oportunidades e de forma justa.

Nesse sentido, o conceito de equidade está além da igualdade de oportunidades, pois se concentra em tratar as pessoas de maneira justa, com suas diferenças e necessidades específicas. Assim, conforme Gutierrez (2022), permite apreciar resultados de forma mais adequada, dado o aporte para que todos possam atingir os mesmos objetivos. Em contrapartida, o conceito de justiça social visa assegurar a todos o acesso aos direitos e recursos essenciais para que vivam com dignidade. Juntas, essas abordagens agem no intuito de criar uma sociedade mais inclusiva, equitativa e legítima, na qual cada indivíduo possa alcançar seu potencial pleno.

Dentre os instrumentos normativos da área educacional, tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996). Esse marco legislativo estabelece, em seu Art. 2º, que a educação “[...] tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996, p. 10). Além disso, ressalta que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Brasil, 1996, p. 10).

Dessa forma, a LDBEN, em seus princípios e objetivos, menciona implicitamente a equidade e justiça social, evidenciando a importância da oferta de educação acessível a todos e a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades. A leitura do Art. 3º da LDBEN reforça essa ideia, ao afirmar que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996, p. 10). Assim, destaca-se a urgência de assegurar que todos tenham as mesmas oportunidades de acesso à educação.

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que compõem uma das reformas curriculares da educação básica brasileira, enfatizam que a equidade e justiça social são fundamentais para a construção de uma proposta educacional que respeite a diversidade e promova a inclusão. Segundo as DCN:

Justiça social, igualdade e diversidade não são antagônicas. [...] Em uma perspectiva democrática e, sobretudo, em sociedades pluriétnicas, pluriculturais e multirraciais, [...] deverão ser eixos da democracia e das políticas educacionais, desde a educação básica e educação superior que visem a superação das desigualdades em uma perspectiva que articula a educação e os Direitos Humanos (Brasil, 2010, p. 334).

As DCN também colocam a educação como instrumento crucial para o alcance da justiça social, solidariedade e sustentabilidade, inclusive, fundamentando-se nos princípios constitucionais que asseguram a dignidade da pessoa e o pluralismo político (Brasil, 2010), ou seja, a formação escolar destaca-se como indispensável para o projeto de nação. Nesse sentido, evidencia-se que:

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica pressupõe clareza em relação ao seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com os objetivos constitucionais de projeto de Nação, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que implica igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade (Brasil, 2010, p. 21).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) emerge como um desdobramento desse comprometimento com a equidade e a qualidade na educação, condição básica para o exercício da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A BNCC é definida como:

[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento [...] para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental (Brasil, 2018, p.7-8).

Desse modo, além de proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade, dignidade, respeito e valorização das diferenças, a BNCC, “é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito”

(Brasil, 2018, p. 5), constituindo um conjunto de normas obrigatórias que orienta o planejamento curricular do sistema e suas unidades de ensino.

Souza (2020) aponta que a BNCC tem como objetivo a promoção da equidade por meio do desenvolvimento integral do cidadão. Nesse sentido, a proposta é assegurar que todos os discentes tenham acesso às experiências educativas que favoreçam seu completo potencial, com o alinhamento das competências e habilidades em diferentes contextos de vida, com o intuito de criar uma sociedade mais justa e inclusiva.

Com enfoque na BNCC, cuja implantação é mais recente, os documentos normativos abordam, em sua maioria, a igualdade. Entretanto, faz-se necessário um esforço diário para o atendimento equitativo e não meramente igualitário e que venha a promover realmente a justiça no âmbito educacional. Partindo desse viés, as dificuldades no alcance da equidade no contexto escolar podem ser acentuadas, pelo fato de serem menos exploradas. Pode-se constatar, por exemplo, na BNCC (Brasil, 2018), que pouco é mencionada ou explicada a importância da busca pela equidade.

3 INSUBORDINAÇÃO CRIATIVA

O conceito de insubordinação criativa foi introduzido em 1981 no contexto da Etnografia, durante pesquisa conduzida por Crowson e Morris, com 16 diretores de escolas em Chicago, nos Estados Unidos da América (EUA). Esses pesquisadores identificaram comportamentos insubordinados, mas de forma construtiva, entre os diretores. Essa postura visava, essencialmente, proteger o bem-estar e promover melhorias para professores, estudantes e a comunidade escolar como um todo, de maneira a preservar os princípios éticos, morais e de justiça social (D'Ambrosio; Lopes, 2015).

Com significado semelhante, o conceito de subversão responsável apareceu no campo da Enfermagem, para descrever as quebras de regras que os profissionais dessa área adotam com o objetivo de proteger e garantir melhores condições aos pacientes (Hutchinson, 1990). Nesse mesmo contexto, outra área de pesquisa que emprega o conceito de insubordinação criativa é a Administração Escolar, quando desenvolve estudos com base nas práticas dos diretores de escolas (Haynes; Licata, 1995).

Beatriz Silva D'Ambrosio e Celi Espasandin Lopes (D'Ambrosio; Lopes, 2014) incluíram estudos sobre insubordinação criativa no campo da Educação Matemática e tornaram-se as pesquisadoras responsáveis por introduzir essas reflexões entre os educadores

matemáticos brasileiros e por visualizar a insubordinação criativa também na prática de pesquisadores. Além disso, tomaram o conceito de insubordinação criativa como sinônimo de subversão responsável, abordando a oposição ou o desafio à autoridade, aos procedimentos ou às diretrizes estabelecidas, quando essas se contrapõem ao bem do outro, mesmo que não intencionalmente, por meio de determinações incoerentes, excludentes e/ou discriminatórias.

A insubordinação criativa implica ter consciência sobre quando, como e por que agir contra tais diretrizes ou procedimentos e é legitimada quando está centrada em práticas profissionais alicerçadas em bases éticas (D'Ambrosio; Lopes, 2014). No âmbito educativo, o movimento de insubordinação criativa ocorre no momento em que o profissional se dispõe a entender a situação do outro e ainda honrar seu compromisso e mobilizar conhecimentos diversos para preservar a integridade dos envolvidos.

Gutiérrez (2013) destaca que, no ensino da Matemática, as insubordinações criativas dos professores manifestam-se nas diversas ações, que incluem: desenvolver argumentações alternativas para explicar as variações no desempenho dos estudantes, desafiando as generalizações comumente feitas nas análises de resultados; questionar as maneiras como a Matemática é apresentada nas escolas; valorizar a dimensão humana e a incerteza inerente à disciplina; reconhecer os discentes como protagonistas na construção do conhecimento matemático; e contestar discursos discriminatórios que afetam a percepção dos estudantes.

Nesse sentido, um educador que pretende formar estudantes éticos e solidários, não deve tratar o ensino meramente como a transmissão de conceitos pré-elaborados. Além disso, sua prática docente não deve se restringir apenas aos objetivos previamente estabelecidos, mas sim considerar a circunstância em que o estudante está inserido. Assim sendo, a atuação do professor necessitará de um olhar sensível no intuito de perceber e respeitar o processo de formação integral e crescimento emocional dos alunos.

Lopes e D'Ambrosio (2016, p. 1.087) também conceituam insubordinação criativa como um movimento político do docente de Matemática, quando se posiciona: “em oposição ao currículo padrão, às práticas de avaliação, às regras e diretrizes sobre o uso de tecnologia em sala de aula, quando qualquer uma delas parecer desfavorável à aprendizagem dos alunos”. Ou seja, quando esse profissional ousa positivamente em prol de atender às diversidades e especificidades na sala de aula, e ao empoderar os estudantes para se tornarem cidadãos críticos e engajados.

Ainda nesse viés, o docente, em sua atuação profissional, ao assumir uma prática reflexiva, demonstra “voar para além do espaço da gaiola”, visto que, de acordo com D'Ambrosio (2013, p. 4):

[...] os pássaros vivendo em uma gaiola alimentam-se do que encontram na gaiola, voam só no espaço da gaiola, comunicam-se numa linguagem conhecida por eles, procriam e repetem-se e só veem e sentem o que as grades permitem. Não podem saber de que cor a gaiola é pintada por fora. No mundo acadêmico, os especialistas são como pensadores engaiolados em paradigmas e metodologias rígidas, que não permitem ver além do que é considerado academicamente correto.

Tal afirmação elucidada que a atuação do docente precisa ser pautada por uma reflexão constante sobre suas próprias “gaiolas”, ou seja, preconceitos, métodos rígidos e práticas desatualizadas. Ao rompê-las, torna-se um modelo de liberdade e transformação, deixando evidente que a educação é um processo dinâmico, no qual tanto os discentes quanto os docentes podem crescer e voar alto, perpassando as limitações impostas pela sociedade.

Em outras palavras, sair da gaiola profissional é um ato de subversão responsável. Ainda, “voar para além da gaiola”, se converte em uma metáfora importante no que tange à prática pedagógica, pois é importante promover ambientes para que todos se sintam confiantes e incentivados a explorar suas potencialidades.

4 METODOLOGIA

A pesquisa, de caráter qualitativo, teve por base o estudo de comportamentos, sem a preocupação com representatividade numérica. Sob essa perspectiva, Denzin e Lincoln (2006) sinalizam que esse tipo de metodologia difere da quantitativa, por não empregar instrumentos estatísticos, mas adotar uma abordagem interpretativa do mundo, em que os pesquisadores analisam os fenômenos em seus contextos naturais.

Nesse sentido, também é entendida como uma pesquisa bibliográfica – revisão sistemática de literatura –, tendo em vista que, segundo Gil (2010), permite um estudo com base em evidências, e os resultados são avaliados e sintetizados, com visualização das respostas e a construção dos resultados a partir da discussão entre diferentes teóricos sobre a temática em questão.

Para Ruiz (1996, p. 58), a pesquisa bibliográfica “consiste no exame do manancial teórico, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que se

tem como tema de pesquisa científica”. O objetivo é conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema e fornecer suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema.

Na identificação, categorização e análise dos dados, foi utilizado o mapeamento na pesquisa educacional (Biembengut, 2008), um processo que permite analisar e sistematizar as diferentes abordagens utilizadas na investigação de determinado tema ou problema. Com o mapeamento, foi possível identificar os dados, os sujeitos envolvidos no problema a ser pesquisado, reconhecer os padrões, traços e as evidências de estudo na área.

Para a produção dos dados e seleção das pesquisas analisadas nesta investigação, as buscas abrangeram artigos científicos que abordassem a temática justiça social e equidade no contexto do ensino de Matemática. No acesso ao Google Acadêmico, inicialmente, foi utilizada a expressão-chave “justiça social AND equidade AND ensino de matemática”. Na seleção dos artigos, feita de forma criteriosa, foi considerada sua relevância para o tema proposto e excluídos aqueles que não estabelecessem uma relação direta entre justiça social e equidade no ensino de Matemática. O objetivo dessa primeira busca foi perceber se a insubordinação criativa aparece em investigações que tratam de justiça social e equidade no ensino de Matemática, mesmo que de forma implícita.

Para selecionar as investigações, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: 1. Tratar sobre justiça social, equidade no ensino de matemática; 2. Ser artigo científico. E os critérios de exclusão abrangeram: 1. Tratar apenas do ensino de matemática; 2. Tratar apenas da justiça social; 3. Tratar apenas de equidade; e 4. Não ser artigo científico. A partir desses critérios, iniciou-se uma leitura minuciosa das investigações listadas, seguida da categorização e análise dos dados, conforme as diretrizes de Biembengut (2008).

Nas buscas, realizadas com um recorte temporal de 2014 a 2024, retornaram 32.600 resultados. Após refinar a pesquisa para focar em investigações mais recentes, o recorte temporal estabelecido resultou em 17.200 pesquisas. Na análise das 20 primeiras páginas, observou-se que, a partir da quinta página, os trabalhos não apresentavam mais aderência aos objetivos da pesquisa. Ao todo, nesse primeiro movimento de busca, compuseram o *corpus* de análise cinco artigos científicos, conforme apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas resultantes do primeiro mapeamento

Identificação	Título	Autores	Ano	Fonte
	Educação Matemática Crítica e Preocupações Urgentes: Cenários	Guilherme Henrique Gomes da Silva; Renato Marcone;		Revista Paranaense de

A1	Promovedores de Equidade e Justiça Social	Gabriela Felix Brião; Marco Aurélio Kistemann Jr.	2020	Educação Matemática
A2	Conceituação e Aplicação de Equidade por Professores do Ensino Fundamental	Vivian Marino da Silva; Sintria Labres Lautert; Miriam Utsumi	2024	Revista Ensino de Debate (Rede)
A3	Equidade e Educação Matemática	Guilherme Henrique Gomes da Silva	2016	Educação Matemática Pesquisa – EMP
A4	Equidade e Educação Matemática: Experiências e Reflexões	Eurivalda Santana; Juscileide Braga de Castro	2022	Revista: Com a Palavra, o Professor
A5	Os Propósitos da Educação Matemática Podem se Alinhar à Educação em Direitos Humanos?	Luísa Cardoso Mendes; Agnaldo da Conceição Esquinhalha	2021	Boletim Gepem

Fonte: As autoras (2025).

O segundo mapeamento foi realizado também no Google Acadêmico, com o mesmo recorte temporal, e utilizando a expressão-chave “insubordinação criativa AND matemática”. As pesquisas foram submetidas a uma análise com a exclusão de artigos que não apresentavam ligação direta entre insubordinação criativa e Matemática, bem como aqueles que abordavam a formação de professores. Embora importante, as investigações sobre formação de professores foram excluídas, pois o foco estava concentrado na análise de artigos que abordavam como a insubordinação criativa se manifesta e pode ser aplicada no ensino e na aprendizagem da Matemática.

A seleção das investigações foi realizada por meio dos critérios de inclusão: 1. Tratar sobre insubordinação criativa e Matemática; 2. Ser artigo científico. E os critérios de exclusão: 1. Tratar apenas de insubordinação criativa; 2. Tratar apenas de Matemática; 3. Tratar de formação de professores; e 4. Não ser artigo científico. A partir dessas definições, iniciou-se uma leitura cautelosa das investigações listadas, seguida da categorização e análise dos dados, conforme as diretrizes de Biembengut (2008).

Nessa busca, foram identificados 1.470 resultados. Na leitura das 20 primeiras páginas, observou-se que, a partir da quarta página, os artigos deixaram de ter relação com os objetivos da pesquisa. O propósito foi verificar se a justiça social e a equidade apareciam, mesmo que implicitamente, em investigações que tratam de insubordinação criativa.

Posteriormente, foi feita uma análise de títulos, palavras-chave e alguns resumos, aplicando os critérios de inclusão e exclusão, e sete foram escolhidos para compor a análise, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Pesquisas resultantes do segundo mapeamento

Identificação	Título	Autores	Ano	Fonte
P1	Insubordinação Criativa: Um Convite à Reinvenção do Educador Matemático	Beatriz Silva D'Ambrosio; Celi Espasandin Lopes	2015	Revista Bolema: Boletim de Educação Matemática
P2	Aspectos de Insubordinação Criativa em Etnomodelagem	Milton Rosa; Daniel Clark Orey	2019	Educação Matemática em Revista
P3	Por que Insubordinação Criativa na Educação Matemática?	Maurício Rosa	2019	Revista Internacional de Educação Matemática (Ripem)
P4	Mapeamento de Produções Científicas Brasileiras que Utilizam o termo: “Insubordinação Criativa” e/ou “Subversão Responsável”	Patrícia Corrêa Santos	2017	Revista de Ensino de Ciências e Matemática
P5	Insubordinação Criativa nas Diversas e Múltiplas Pesquisas em Educação Matemática	Celi Espasandin Lopes; Fernanda Aparecida Ferreira	2019	Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (Ripem)
P6	Diálogos de Beatriz Silva D'Ambrosio com a Insubordinação Criativa	Josâne Geralda Barbosa; Celi Espasandin Lopes	2019	Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (Ripem)
P7	A Insubordinação Criativa como Possibilidade para a Educação Matemática de Jovens e Adultos	Maria Emília de Castro Urpia; Érica Valeria Alves	2022	Revista Baiana de Educação Matemática

Fonte: As autoras (2025).

Além dessas buscas, um terceiro mapeamento no Google Acadêmico, com a expressão-chave: “justiça social” AND “equidade” AND “ensino de Matemática” AND “insubordinação criativa”, resultou em 63 resultados no recorte temporal de 2014 a 2024. A leitura abrangeu os títulos, as palavras-chaves e, quando necessário, o resumo das investigações. O objetivo dessa etapa, foi verificar se, em algumas investigações, apareciam juntos, e de maneira explícita, os três conceitos discutidos nesta pesquisa: justiça social, equidade e insubordinação criativa no ensino de Matemática.

A seleção das investigações foi realizada por meio dos critérios de inclusão: 1. Tratar de justiça social, equidade, insubordinação criativa e ensino de Matemática; 2. Ser artigo científico. E os critérios de exclusão: 1. Tratar apenas de insubordinação criativa; 2. Tratar apenas de ensino de Matemática; 3. Tratar apenas de justiça social; 4. Tratar apenas de equidade; 5. Abordar formação de professores; e 6. Não ser artigo científico. A partir desses critérios, e excluindo as investigações que foram elencadas nos mapeamentos anteriores, identificou-se apenas uma investigação, conforme mostrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Trabalho elencado no terceiro mapeamento

Identificação	Título	Autores	Ano	Fonte
P8	A Insubordinação Criativa em Educação Matemática Promove a Ética e a Solidariedade	Celi Espasandin Lopes; Beatriz Silva D'Ambrosio; Solange Aparecida Corrêa	2016	Zetetiké

Fonte: As autoras (2025).

Esta pesquisa foi direcionada pelo objetivo de investigar sobre Justiça social, Equidade no Ensino de Matemática, e Insubordinação Criativa, por meio de abordagens qualitativa e bibliográfica. A escolha por esse procedimento metodológico possibilitou o aprofundamento de diferentes teorias sobre a temática, bem como o aporte para outras pesquisas direcionadas ao ensino da Matemática ou de áreas afins, em prol do pleno desenvolvimento dos estudantes.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

De acordo com as recomendações de Biembengut (2008), quanto ao mapa de análise, foram elaboradas duas categorias, *a priori*, advindas das bases teóricas que fundamentaram esta pesquisa, a saber: i) Equidade e Justiça Social sob a ótica da Insubordinação Criativa; ii) Insubordinação Criativa: uma análise à luz da Equidade e Justiça Social.

5.1 Equidade e Justiça Social sob a ótica da Insubordinação Criativa

No artigo A1, Silva *et al.* (2020) discutem questões de equidade e justiça social no contexto da Educação Matemática, em especial no que dizem respeito às práticas de exclusão e inclusão. O artigo traz a “Insubordinação Criativa” como uma abordagem significativa no âmago da Educação Matemática, deixando evidente sua relevância na promoção de equidade e justiça social.

Esse pensamento, discutido por D’Ambrosio e Lopes (2014), refere-se a práticas docentes que desafiam diretrizes e a estrutura tradicional de ensino, na busca de uma abordagem mais ética e inclusiva. Ainda nesse contexto, a Insubordinação Criativa é considerada uma forma de resistência às práticas excludentes que permeiam o sistema educativo, principalmente em cenários de desigualdades social e econômica.

Ainda no artigo A1, por meio do uso de crônicas, e cenários mostrando como a Insubordinação Criativa pode ser aplicada na prática, os autores deixam evidente que, mesmo

em contextos desfavoráveis, é possível desenvolver metodologias que gerem ruptura da exclusão e propiciem a inclusão.

Assim, cada crônica evidencia as tensões e contradições que permeiam o âmbito educativo. Como, por exemplo, ao narrar a história de Mara, que se desloca para uma nova cidade em busca de educação e oportunidades de trabalho, observa-se que, mesmo implicitamente, é um ato de subversão responsável, pois reflete a busca por autonomia e empoderamento. Além disso, há resistência às normas sociais, que muitas vezes limitam o potencial individual. A escolha não significa apenas uma mudança geográfica, mas o desejo de moldar seu próprio destino.

Mara exemplifica a resistência às limitações impostas por seu entorno. Na tomada de decisão no que tange a adentrar em uma universidade, não somente adquire conhecimentos, mas também desafia as barreiras que excluem grupos sub-representados. Depreende-se que a busca pela Educação Superior é uma ação insubordinada às diretrizes que ditam ser o sucesso reservado apenas para alguns.

No artigo A2, Silva, Lautert e Utsumi (2024) dialogam sobre os conceitos e a aplicação de equidade, igualdade social e justiça social, assim como a forma como são articulados pelos educadores em suas práticas pedagógicas, além de como a prática implica a aprendizagem dos estudantes, tendo em vista as desigualdades existentes na sociedade.

Um dos atos de Insubordinação Criativa, no artigo em questão, é a adaptação de estratégias de ensino. Os docentes reconhecem a necessidade de oferecer alternativas diferenciadas, para atender às especificidades de cada estudante. Essa forma de personalizar o ensino não somente valoriza a singularidade de cada discente, como proporciona um ambiente de aprendizagem justo, equitativo e, em paralelo, mais acessível.

Ademais, as reflexões críticas sobre conceitos como equidade, igualdade e justiça social demonstram aversão no que tange à aceitação de definições rígidas. Dessa forma, os educadores distanciam-se de um conhecimento superficial, optando pelo entendimento mais profundo, que os capacite a proporcionar a abordagem de questões mais complexas em suas práticas docentes. Essa forma de ousar para questionar e explorar as nuances desses conceitos é um exemplo explícito de subversão responsável, pois rompe com a aceitação de normas estabelecidas. É como sair das suas próprias “gaiolas” (D’Ambrosio, 2013).

Ainda, é feita uma crítica à BNCC (Brasil, 2017, p.15): “[...] sistemas e redes de ensino e instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer [que] as necessidades dos estudantes são diferentes”. Porém, nota-se a falta de

direcionamento sobre como implantar o conceito de equidade no ensino. Diante dessa lacuna, ao se posicionarem contra essa ideia pré-estabelecida, os educadores procuram desenvolver suas práticas docentes de maneira a promover a equidade, mesmo diante da falta de orientações específicas. Essa postura reflete uma ação insubordinada e evidencia a tentativa de busca por um ensino mais justo, equitativo e inclusivo.

Já na investigação de Silva (2016), codificado como A3, o pesquisador discute a questão da equidade na Educação Matemática, versando sobre como as desigualdades sociais, culturais e econômicas afetam o acesso e a aprendizagem dos estudantes. Além disso, a pesquisa permite entender como práticas pedagógicas e curriculares podem ser reestruturadas com o intuito de promover a inclusão e justiça social, desafiando as abordagens tradicionais que privilegiam alguns grupos em detrimento de outros.

Silva (2016) critica as normas tradicionais, partindo da ideia de que os educadores devem questionar essas abordagens e buscar práticas pedagógicas que permitam analisar a diversidade sociocultural dos estudantes, possibilitando uma Educação Matemática mais inclusiva e equitativa. Além disso, que possam instigar os discentes para que sejam críticos e reflexivos, capazes de questionar e transformar estruturas sociais que geram desigualdades.

Ainda nesse viés, menciona a importância de um currículo que não somente reconheça, mas valorize a diversidade, colocando-se à escuta dos discentes e que os façam se perceberem pertencentes ao grupo. Esses atos insubordinados criativos dos docentes aparecem em várias ações, como: no questionamento de como a Matemática é mostrada no ambiente escolar; reconhecer e colocar os estudantes como protagonistas no processo de ensino e aprendizagem; debater manifestação discriminatória que afete os estudantes; além disso, promover a ruptura de normas pré-estabelecidas em prol de atender à necessidade de todos os estudantes (Gutiérrez, 2013).

Santana e Castro (2022), no artigo A4, investigam a perspectiva dos docentes sobre a equidade no aprendizado, com ênfase no contexto do ensino de conceitos estatísticos, a partir de sequências de ensino. Os autores apresentam atos de subversão responsável, no que tange à resistência às abordagens educacionais tradicionalistas, assim como a busca por inovações que propiciem equidade e inclusão.

Inicialmente, os docentes fazem a inserção de temas reais, como questões ambientais e dados populacionais, ao ensino de Matemática, rompendo com a abordagem isolada e descontextualizada. Nesse sentido, essa prática aproxima a Matemática da realidade dos estudantes, e faz com que o processo de aprendizagem seja interessante e prazeroso. Além

disso, os professores inserem adaptações em suas metodologias para atender a todos os estudantes, incluindo os discentes com necessidades diversas, como autismo e deficiências físicas, evidenciando o comprometimento no que diz respeito à inclusão e desafiando diretrizes que marginalizem esses estudantes.

Os autores Mendes e Esquincalha (2021), no artigo A5, investigam a relação entre Educação Matemática e Educação em Direitos Humanos, indagando como a prática educativa pode ser conduzida para proporcionar a cidadania e o respeito aos direitos humanos, especialmente nos ambientes em que a Matemática é vista constantemente como disciplina neutra; contudo, na verdade, pode ter implicações sociais e políticas significativas.

Para Mendes e Esquincalha (2021), a Insubordinação Criativa é um elemento crucial nas práticas educacionais, pois desafia diretrizes estabelecidas e proporciona a inovação. Nesse sentido, os autores discutem que a Educação Matemática precisa ultrapassar a mera transmissão de conteúdos, comprometendo-se com o processo de problematização e crítica social.

Ainda assim, os autores questionam a abordagem tradicional do ensino da Matemática, descrita por Freire (1997) como educação bancária, na qual a forma de ensino concentra-se na memorização e transmissão de conteúdos, sem reflexão crítica ou ação transformadora.

Partindo da ideia de que essa educação fortalece a submissão, passividade, assim como a conformação com as injustiças, pois: “Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos” (Freire, 1997, p. 83).

Em contraste, a Insubordinação Criativa é voltada a uma educação problematizadora, com o intuito de estimular a reflexão crítica e a ação. Os estudantes são instigados a questionar suas realidades, além de utilizar a Matemática como um instrumento que lhes permita entender e transformar seu contexto social. Assim, essa prática não apenas enriquece o aprendizado matemático, como também fomenta uma consciência social imprescindível para a cidadania ativa.

Ainda nesse contexto, conforme D’ Ambrosio e Lopes (2015), a Insubordinação Criativa é muito importante, no âmbito educacional, assim como profissional, pelo fato de possibilitar autonomia e pensamento crítico. Infere-se, portanto que tal importância denota, ao docente, que o ato de ministrar aulas, atrelado ao processo de elaboração de pesquisas em sua área de conhecimento, indireta, ou diretamente, declina da compreensão pessoal e do interesse ao acesso dos educandos a um conhecimento matemático, ao objetivo de vida desse profissional

que, por sua vez, está (e esteve) em processo de construção social. Logo, tal conceito estimula a liberdade de expressão, assim como auxilia nas tomadas de decisões, fazendo com que os indivíduos ousem-se criativamente.

5.2 Insubordinação Criativa: Uma Análise à Luz da Equidade e Justiça Social

No artigo codificado como P1, as autoras D' Ambrosio e Lopes (2015) analisam as contribuições do conceito de Insubordinação Criativa a fim de redimensionar as práticas dos educadores matemáticos. Nesse sentido, provocam reflexões sobre a importância de criar e ousar na atuação docente, com o intuito de proporcionar uma aprendizagem significativa para os estudantes.

D' Ambrosio e Lopes (2015) apresentam a Insubordinação Criativa como uma maneira de os educadores se oporem às limitações impostas por políticas públicas e práticas institucionais que preferem um ensino matemático com abordagem tradicional e foco apenas em domínio de conteúdo. Nesse viés, contrapondo-se a isso, as autoras apoiam uma formação que preza a construção social e os aspectos históricos do conhecimento matemático, fazendo com que os estudantes possam deles se apropriar de forma significativa.

Esse pensamento está de acordo com a perspectiva de Freire (2005), que destaca a importância de uma educação que proporcione a conscientização crítica, assim como a transformação social. Freire (2005, p. 41) alicerça: “[...] assumir-se como ser social e histórico” é essencial para que os docentes e estudantes possam se envolver em um âmbito educativo que respeite suas realidades e experiências.

Ainda na investigação P1, as autoras enfatizam a importância do trabalho colaborativo entre educadores e pesquisadores, partindo da ideia de que a colaboração é uma forma para a construção de uma comunidade educacional solidária, em que as ações são discutidas e melhoradas de maneira coletiva. As autoras deixam evidente que a Insubordinação Criativa não é simplesmente uma proposta pedagógica, mas uma forma de educadores e instituições se juntarem na luta por uma educação mais equitativa e justa.

Essa abordagem faz com que os educadores sejam desafiados a se tornarem protagonistas, na tentativa de buscar por uma educação que respeite e valorize a diversidade de todos os estudantes, propiciando ações que são inclusivas, equitativas, reflexivas e colaborativas.

No artigo P2, Rosa e Orey (2019) investigam como a Etnomodelagem pode ser usada

para entender e descrever fenômenos matemáticos a partir do ponto de vista de integrantes dos grupos culturais distintos. Além disso, na pesquisa, buscaram desafiar a visão eurocêntrica predominante no que tange ao ensino da Matemática, proporcionando uma abordagem que reconheça o conhecimento matemático local e as inter-relações entre as dimensões êmicas, éticas e dialógicas do conhecimento matemático.

A Etnomodelagem, na perspectiva de Rosa e Orey (2012), é o estudo de fenômenos e/ou práticas matemáticas realizadas por integrantes de determinado grupo cultural, por meio da Modelagem Matemática. “Os procedimentos da etnomodelagem envolvem práticas matemáticas desenvolvidas e utilizadas em diversas situações-problema enfrentadas no cotidiano dos membros desses grupos” (Rosa; Orey, 2012, p. 868). Madruga (2023) corrobora com as ideias dos autores ao afirmar que a Etnomodelagem é uma abordagem teórico-metodológica destinada a valorizar e compreender o conhecimento matemático local, traduzindo-o para uma linguagem acadêmica global.

Na pesquisa de Rosa e Orey (2019), um dos pontos centrais é a valorização da diversidade cultural. Ao introduzir a Etnomodelagem no currículo, é proposta uma educação que reflete as realidades culturais dos estudantes, fazendo com que se sintam importantes e representados no conteúdo que está sendo estudado. Cortes (2017) enfatiza que a Etnomodelagem ajuda os estudantes no desenvolvimento de conceitos e práticas matemáticas que têm origem em suas próprias tradições culturais.

Essa valorização da diversidade cultural é de suma importância, no que concerne à promoção da equidade, por fortalecer o pertencimento e engajamento dos estudantes no processo educativo. Muitas pesquisas têm sido desenvolvidas no âmbito da Educação Matemática, tanto relacionadas a questões de ensino e aprendizagem de Matemática, como à formação de professores, que trazem essa ideia de valorização da diversidade cultural por meio da Etnomatemática, a exemplo de Santos e Madruga (2021); Pires *et al.* (2023); Pereira e Leite (2024); entre outros.

Rosa e Orey (2019) ressaltam que a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas é crucial na promoção de equidade. Assim, possibilita que os educadores sejam criativos e ousados para que ajustem suas práticas no propósito de atender melhor às necessidades de seus discentes, especialmente os grupos marginalizados, contribuindo para uma Matemática que não somente ensina, mas também empodera.

Rosa (2019), no artigo P3, discute a necessidade de reinventar as práticas da Educação Matemática, proporcionando uma aprendizagem em que os estudantes possam atribuir

significados ao conhecimento adquirido. Para isso, o autor investiga a Insubordinação Criativa como uma abordagem que propicia aos educadores ousar na ação docente, respeitando valores e direitos humanos, além disso, promovendo uma educação que considere as potencialidades humanas.

O conceito de Insubordinação Criativa na Educação Matemática, de acordo com a discussão feita por D'Ambrosio e Lopes (2015), tem em vista uma abordagem inovadora, que desafia as diretrizes tradicionais de ensino, evidenciando a necessidade de reconstruir as práticas educacionais. Nesse sentido, essa insubordinação não pode ser entendida como um ato de rebeldia sem propósito, mas uma maneira de subversão responsável, com o intuito de promover uma aprendizagem satisfatória e inclusiva.

D'Ambrosio e Lopes (2015, p. 1) argumentam que “[...] a necessidade de a comunidade reinventar às práticas da Educação Matemática” é essencial para que os estudantes atribuam significados ao conhecimento matemático, tornando-os agentes ativos em seu processo de aprendizagem.

Em sua pesquisa, Rosa (2019) destaca a inclusão como um pilar fundamental da Educação Matemática. O autor argumenta que a disciplina deve ser um espaço no qual todos os estudantes, independentemente de suas origens, possam se expressar e aprender significativamente. Essa perspectiva promove a mudança de paradigma, transformando a Matemática de um conjunto de regras em uma ferramenta para refletir sobre a diversidade da sociedade.

Além disso, o autor deixa clara a importância de integrar valores humanos, como paz, honestidade e justiça, no ensino da Matemática, evidenciando que isso não somente enriquece o aprendizado, mas também forma cidadãos críticos e conscientes, com capacidade de atuar em prol de uma sociedade justa. Assim, a educação deve estar além de simplesmente transmitir conhecimento e ser uma maneira de promover equidade e justiça social.

Já Santos (2017), em sua pesquisa denominada P4, investiga e analisa o uso da expressão Insubordinação Criativa nos textos científicos brasileiros, em busca de entender como essa temática é explicitada e interpretada no campo da Educação Matemática. No estudo, faz um mapeamento das produções científicas relacionadas com esse conceito, com o intuito de verificar como se relaciona com o comportamento de pesquisadores e educadores matemáticos, além de contribuir para discussões futuras sobre o tema.

Santos (2017) acredita que a busca por equidade na educação é primordial, e deve guiar as ações pedagógicas. Partindo desse viés, conforme D'Ambrosio e Lopes (2015), a Educação

Matemática deve ser um local de formação humana, cujo objetivo maior é a preparação de indivíduos com a finalidade de construir um mundo melhor. Essa visão é relevante, pois o ensino perpassa a mera transmissão de conteúdos, proporcionando a formação de indivíduos conscientes de suas responsabilidades sociais.

A reflexão é essencial para que os docentes possam perceber e desafiar as estruturas que perpetuam desigualdades no espaço escolar, exercendo uma postura de subversão responsável com a intenção de romper com o rigor metodológico e proporcionar práticas educacionais criativas e inovadoras.

A Insubordinação Criativa, além de ser um ato de resistência, emerge como estratégia fundamental para construir uma educação mais inclusiva e equitativa. Conforme D'Ambrosio e Lopes (2014), essa abordagem tem o potencial de transformar o processo educacional, empoderando os indivíduos e fomentando a formação de cidadãos críticos e atuantes, capazes de promover uma sociedade mais justa e solidária.

Santos (2017) realça que implementar a Insubordinação Criativa no ambiente escolar é ato que enfrenta desafios. Contudo, esses obstáculos representam oportunidades no que concerne à promoção de uma prática educacional que procura a equidade e justiça social. Ao acolher a subversão responsável, os educadores não somente modificam positivamente suas práticas, como ainda inspiram seus estudantes para que se tornem agentes de transformação em suas comunidades.

As autoras Lopes e Ferreira (2019), no artigo P5, discutem o conceito de Insubordinação Criativa na Educação Matemática, examinando como essa abordagem pode ser usada por educadores e gestores, a fim de promover ações pedagógicas inclusivas e significantes. Além disso, na pesquisa, evidenciam a importância da resistência a políticas e normas burocráticas que não atendam às necessidades dos estudantes, ressaltando a necessidade de um compromisso ético com a equidade, justiça social e respeito humano no espaço educativo.

Conforme Gutierrez (2013), a Insubordinação Criativa concerne às práticas de professores que resistem a políticas e normas burocráticas, procurando meios para atendimento das especificidades de seus estudantes. Essa forma de desafiar é crucial, em um contexto educacional em que as diretrizes muitas vezes não contemplam a diversidade e as realidades das comunidades escolares.

Na investigação P6, Barbosa e Lopes (2019) apresentam um panorama das publicações científicas de Beatriz Silva D'Ambrosio, que ganhou relevância nos últimos anos de sua vida a respeito da temática Insubordinação Criativa, evidenciando quanto suas ideias e práticas se

vinculam com a Educação Matemática e transformação do ambiente educativo em espaços críticos e libertadores.

Barbosa e Lopes (2019) argumentam que a equidade na educação está muito além da mera igualdade de oportunidades, mas em reconhecer e atender às necessidades individuais de cada estudante, considerando suas realidades sociais, culturais e econômicas. As autoras defendem que a equidade infere em um entendimento com profundidade no que diz respeito aos contextos social, cultural e econômico que influenciam o ensino. Essa visão é relevante, logo, entendem que a educação precisa ser adaptada conforme as especificidades de cada estudante, assegurando que tenham acesso e apoio apropriados para que explorem suas capacidades mais profundas e poderosas.

As autoras expõem que a justiça social é um princípio primordial e que deve estar alinhado às ações educacionais. Apoiam que a educação deve abranger um ambiente de resistência contra diretrizes e estruturas que perpetuem a opressão e exclusão. Nesse sentido, a Insubordinação Criativa é explicitada como uma estratégia que tem o intuito de desafiar essas diretrizes.

As autoras elucidam que essa abordagem estimula os educadores a questionarem, assim como reimaginarem suas ações docentes, indo ao encontro ao bem do estudante, em busca de maneiras de ensino que propiciem a inclusão e participação ativa de todos.

Na pesquisa P7, as autoras Urpia e Alves (2022) fazem uma reflexão acerca da prática docente na Educação Matemática para jovens e adultos, evidenciando a Insubordinação Criativa como possibilidade para promover uma Educação Matemática crítica e humanizadora. Urpia e Alves (2022) trazem uma abordagem direcionada à prática docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciando a importância de reconhecer e entender as histórias de vida dos estudantes, que, diversas vezes, são caracterizadas por vivências de exclusão e negação de direitos, em especial quando se referem ao acesso à educação durante a infância e adolescência. Nesse contexto, essa realidade requer que os educadores tenham uma postura reflexiva e crítica, considerando as identidades e os contextos sociais dos estudantes.

Ainda em sua investigação, as autoras criticam a abordagem tradicional de ensino, destacando que esse modelo não atende às demandas dos estudantes da EJA, os quais, por vezes, se sentem desmotivados. Diante disso, a Insubordinação Criativa aflora como uma abordagem viável, contrapondo-se às diretrizes determinadas e proporcionando uma educação com mais relevância e conectada às realidades dos estudantes.

Portanto, os educadores podem contribuir para que os estudantes desenvolvam uma

consciência crítica sobre suas realidades, auxiliando-os na busca de mudanças em suas vidas e comunidades, ao incorporarem questões sociais, econômicas e culturais no ensino da Matemática.

Na pesquisa P8, Lopes, D'Ambrosio e Corrêa, (2016) apresentam uma investigação que destaca como a oposição ao currículo, expressa na narrativa de uma professora de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental, pode contribuir para a aprendizagem de valores éticos e solidários. Para isso, as autoras analisaram uma narrativa de aulas em que um projeto sobre brinquedos e jogos, fruto de atos de Insubordinação Criativa da educadora – colaboradora da pesquisa –, que promoveu a educação ética de crianças de 7 anos.

Por meio de abordagem pedagógica baseada em questionamentos e reflexões, Lopes, D'Ambrosio e Corrêa (2016) mostraram que a professora abordou temas como equidade social, direitos das crianças e lutas da sociedade pela garantia do bem-estar coletivo.

A análise da narrativa conduzida pelas autoras revelou que as ações insubordinadas da professora permitiram que os estudantes desenvolvessem atividades conectadas ao seu contexto socioeconômico e interagissem com os outros. Além disso, estimularam formas de pensar e agir adequadas ao seu nível de desenvolvimento cognitivo; promoveram solidariedade em relação aos menos favorecidos; e evidenciaram os crescimentos ético e moral das crianças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, explicitou-se como as pesquisas acadêmicas voltadas ao ensino de Matemática tratam as relações entre equidade, justiça social e Insubordinação Criativa, na busca por responder à seguinte questão de pesquisa: “Como as pesquisas acadêmicas abordam as relações entre equidade, justiça social e Insubordinação Criativa no ensino de Matemática?”.

Pesquisas sobre equidade, justiça social e Insubordinação Criativa no ensino de Matemática iniciam-se com revisões abrangentes da literatura, seguida da contextualização da temática em um panorama teórico amplo. Essas análises críticas incorporam estudos anteriores, com investigações que destacam a interseção entre equidade, justiça social e Insubordinação Criativa no âmbito educacional.

Os pesquisadores, cujos artigos foram analisados, realizaram a coleta e análise detalhada de dados específicos para compreender a relação entre equidade, justiça social e Insubordinação Criativa no contexto da Educação Matemática, especialmente quando se refere a grupos sociais e econômicos em situação de desigualdade.

As pesquisas apresentam como ênfase comum a reestruturação das práticas docentes, considerando que o modelo tradicional de ensino não atende às especificidades dos estudantes, tornando-se, muitas vezes, excludente e desmotivador. Sugerem a Insubordinação Criativa como abordagem viável e pertinente, pois valoriza a singularidade de cada estudante, além de promover um espaço educativo equitativo, justo e que permita o acesso de todos.

A Insubordinação Criativa é uma estratégia de ensino, fundamental e relevante, especialmente no contexto do Ensino de Matemática, pois se destaca ao promover a equidade e justiça social no processo educativo. Além disso, a subversão responsável representa um ato de resistência às normas pré-estabelecidas, objetivando sempre promover o bem-estar e desenvolvimento integral dos estudantes.

Portanto, nesse contexto, em virtude do compromisso assumido em suas atividades diárias, é essencial que os educadores de Matemática se permitam ousar e reinventar suas práticas à luz da Insubordinação Criativa, empregando seus conhecimentos para proteger a integridade dos estudantes e ambientes de aprendizagem, superando práticas desumanizadoras e autoritárias.

Retomando as palavras de D'Ambrosio (2013), é necessário "sair da gaiola". No entanto, esse não é um processo fácil, pois a gaiola, embora ofereça benefícios como abrigo e alimentação, também limita a liberdade de ir além, impedindo que se voe alto e livremente. Partindo dessa metáfora, é importante refletir que os educadores precisam, sim, sair dessa gaiola simbólica, romper com as diretrizes rígidas e estabelecidas, e adotar novas formas de ensinar, que proporcionem maior liberdade criativa e transformadora no processo educativo.

Em suma, neste artigo não apenas foi destacada a necessidade urgente de uma Educação Matemática que promova a justiça social e equidade, mas também abra caminhos para futuras investigações e práticas que possam transformar a realidade educacional, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e engajados na construção de uma sociedade mais justa. Também abre o leque para a ampliação do debate sobre a importância da justiça social e equidade no ensino, incentivando educadores a adotarem abordagens que considerem as diversidades dos estudantes. Além disso, com a pesquisa objetivou-se fomentar a implementação de práticas pedagógicas que integrem a Insubordinação Criativa, desafiando normas tradicionais e promovendo soluções inovadoras para as desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. G.; LOPES, C. E. Diálogos de Beatriz Silva D'Ambrósio com a insubordinação criativa. **Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 9, n. 3, p. 10-24, 1º set. 2019. <https://doi.org/10.37001/ripem.v9i3.2222>.
- BIEMBENGUT, M. S. **Mapeamento na pesquisa educacional**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN)** – Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01 jun. 2025.
- BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf. Acesso em 01 jun. 2025.
- CARRIJO, M. O. Resgate do poder social da matemática a partir da educação matemática crítica: uma possibilidade na formação para cidadania. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, v. 3, n. 5, p. 248-270, 2014. <https://doi.org/10.33871/22385800.2014.3.5.248-270>.
- CORTES, D. P. O. **Re-significando os conceitos de função**: um estudo misto para entender as contribuições da abordagem dialógica da etnomodelagem. 2017. 225f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação Matemática, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/f1dffc56-936f-4bf3-b92b-e4f8bfef2200>. Acesso em 01 jun. 2025.
- D'AMBROSIO, U. A educação matemática e o estado do mundo: desafios. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN MATEMÁTICA-CIBEM, 7, 2013. **Anais...** Montevideo (Uruguay). Montevideo (Uruguay): Palestra Magna, 2013. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.26i90.2402>.
- D'AMBROSIO, B.; LOPES, C. Insubordinação criativa: um convite à reinvenção do educador matemático. **Bolema**, v. 29, n. 51, p. 1-17, 2015. <https://doi.org/10.1590/1980-4415v29n51a01>.
- DEZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUTIERREZ, R. **Contextmatters**: How should we conceptualize equity in Mathematics educations? <https://doi.org/10.1007/978-94-007-2813-4>. Acesso em: 1º out. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública** - a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. Cap. 1.

LOPES, C. E.; D'AMBROSIO, B.; CORRÊA, S. A. Atos de insubordinação criativa em Educação Matemática promovem a ética e a solidariedade. **Zetetiké**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 287-300, 2016. <https://doi.org/10.20396/zet.v24i3.8648093>.

LOPES, C. E.; FERREIRA, F. A. Insubordinação criativa nas diversas e múltiplas pesquisas em educação matemática. **Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 9, n. 3, p. 5-9, 1º set. 2019. <https://doi.org/10.37001/ripem.v9i3.2364>.

MADRUGA, Z. E. F. Etnomodelagem e construções históricas: uma análise do processo de pesquisa de estudantes do ensino médio. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 16, n. 43, p. 1-23, 2023. <https://doi.org/10.46312/pem.v16i43.18341>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, L. C.; ESQUINCALHA, A. C. Os propósitos da educação matemática podem se alinhar à educação em direitos humanos? **Boletim Gepem**, [S. l.], n. 78, p. 3–20, 2021. <https://doi.org/10.4322/gepem.2022.007>.

PEREIRA, A. L. S.; LEITE, K. G. Etnomatemática no contexto da formação de professores de matemática: uma análise de teses e dissertações brasileiras. **ReTEM – Revista Tocantinense de Educação Matemática**, Arraias, v. 2, p. e24012, 2024. [10.63036/ReTEM.2965-9698.2024.v2.202](https://doi.org/10.63036/ReTEM.2965-9698.2024.v2.202).

PIRES, L. S.; SILVA, F. R.; ASSUNÇÃO, C. A. G.; OLIVEIRA, M. N. S. Ensino de formas e medidas geométricas em uma escola do campo: problematizando práticas socioculturais. **ReTEM – Revista Tocantinense de Educação Matemática**, Arraias, v. 1, p. e24008, 2023. [10.63036/ReTEM.2965-9698.2024.v2.64](https://doi.org/10.63036/ReTEM.2965-9698.2024.v2.64).

ROSA, M. Por que insubordinação criativa na educação matemática? **Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 9, n. 3, p. 1-4, 1º set. 2019. [10.37001/ripem.v9i3.2363](https://doi.org/10.37001/ripem.v9i3.2363).

ROSA, M.; OREY, D. C. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens ética, ética e dialética. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 4, p. 865-879, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012000400006>.

ROSA, M.; OREY, D. C. Aspectos de insubordinação criativa em etnomodelagem. **Educação Matemática em Revista**, v. 24, n. 61, p. 6-25, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/periodicos/index.php/emr/article/view/1044>. Acesso 01 jun. 2025.

RUIZ, J. Á. **Metodologia científica**. Guia para eficiência nos estudos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SAKAY, Lady. **Análise das contribuições de uma pesquisa - ação de reeducação matemática para formação de professoras dos anos iniciais**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/907989>. Acesso 01 jun. 2025.

SANTANA, E. R. dos S.; CASTRO, J. B. de. Equidade e educação matemática: experiências e reflexões. **Com a Palavra, o Professor**, [S. l.], v. 7, n. 17, p. 79-98, 2022. <https://doi.org/10.23864/cpp.v7i17.779>.

SANTOS, P. C. Mapeamento de produções científicas brasileiras que utilizam o termo "insubordinação criativa" e/ou "subversão responsável". **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 8, n. 4, 2017. <https://doi.org/10.26843/rencima.v8i4.1505>.

SANTOS, V. F.; MADRUGA, Z. E. F. A Etnomatemática como base para análise das relações comerciais dos feirantes da Feira Municipal de Amargosa (BA). **Revista Interdisciplinar em Ensino de Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 40-57, 2021. <https://doi.org/10.20873/riecim.v1i2.12414>.

SILVA, G. H. G. da. Equidade e educação matemática
 Equity and Mathematics Education. **Educação Matemática Pesquisa**, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação Matemática, São Paulo, v. 18, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/21081>. Acesso em 1 jun. 2025.

SILVA, G. H. G. da; MARCONE, R.; BRIÃO, G. F.; KISTEMANN JR, M. A. Educação matemática crítica e preocupações urgentes: cenários promovedores de equidade e justiça social. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 130–157, 2020. <https://doi.org/10.33871/22385800.2017.6.12.130-157>.

SILVA, V. M.; LAUTERT, S. L.; UTSUMI, M. Conceituação e aplicação do conceito de equidade por professores do ensino fundamental. **Revista Ensino em Debate**, Fortaleza, v. 4, p. e2024027, 2024. [10.21439/2965-6753.v4.e2024027](https://doi.org/10.21439/2965-6753.v4.e2024027).

SOUZA, P. H. **BNCC no chão da sala de aula: o que as escolas podem aprender a fazer com as dez competências?** Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2020.

SOUZA, Sílvia Helena da Silva e. **Educação financeira: olhar sobre a prática do professor que ensina matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**. Orientador: Prof. Dr. Arthur Gonçalves Machado Júnior. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12443>. Acesso 01 jun. 2025.

SKOVSMOSE, O. **Educação crítica: incerteza, matemática, responsabilidade**. São Paulo: Cortez, 2007.

URPIA, M. E. de C.; ALVES, E. V. A insubordinação criativa como possibilidade para a educação matemática de jovens e adultos. **Revista Baiana de Educação Matemática**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e202208, 2022. <https://doi.org/10.47207/rbem.v3i01.14671>.

APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do Projeto de Pesquisa aprovado na Chamada CNPq/MCTI n. 10/2023 – Universal, intitulado “Valorização de culturas locais por meio da Etnomodelagem e suas relações com o ensino de Matemática”, do qual este texto faz parte.

FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal Chamada CNPq/MCTI n. 10/2023.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

Resumo/Abstract/Resumen: Érica Santos Silva e Zulma Elizabete de Freitas Madruga

Introdução: Érica Santos Silva e Zulma Elizabete de Freitas Madruga

Referencial teórico: Érica Santos Silva e Zulma Elizabete de Freitas Madruga

Análise de dados: Érica Santos Silva e Zulma Elizabete de Freitas Madruga

Discussão dos resultados: Érica Santos Silva e Zulma Elizabete de Freitas Madruga

Conclusão e considerações finais: Érica Santos Silva e Zulma Elizabete de Freitas Madruga

Referências: Érica Santos Silva e Zulma Elizabete de Freitas Madruga

Revisão do manuscrito: Érica Santos Silva e Zulma Elizabete de Freitas Madruga

Aprovação da versão final publicada: Érica Santos Silva e Zulma Elizabete de Freitas Madruga

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política e financeira referente a este manuscrito.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados da pesquisa foi publicado no próprio artigo.

PREPRINT

Não publicado.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

COMO CITAR - ABNT

SILVA, Érica Santos; MADRUGA, Zulma Elizabete de Freitas. *Justiça Social e Equidade no Ensino da Matemática: um convite à Insubordinação Criativa*. **ReTEM – Revista Tocantinense de Educação Matemática**. Arraias, v. 3, e25005, jan./dez., 2025. <https://doi.org/10.63036/ReTEM.2965-9698.2025.v3.398>

COMO CITAR - APA

Silva, É. S. & Madruga, Z. E. F. (2025). *Justiça Social e Equidade no Ensino da Matemática: um convite à Insubordinação Criativa*. *ReTEM – Revista Tocantinense de Educação Matemática*, 3, e25005. <https://doi.org/10.63036/ReTEM.2965-9698.2025.v3.398>

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à ReTEM – Revista Tocantinense de Educação Matemática - os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

POLÍTICA DE RETRATAÇÃO - CROSSMARK/CROSSREF

Os autores e os editores assumem a responsabilidade e o compromisso com os termos da Política de Retratação da ReTEM. Esta política é registrada na Crossref com o DOI: <https://ojs.sbemto.org/index.php/ReTEM/retratacao>



OPEN ACCESS

Este manuscrito é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



LICENÇA DE USO

Licenciado sob a Licença Creative Commons [Attribution-NonCommercial 4.0 International \(CC BY-NC 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE

Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto [iThenticate](https://www.turnitin.com/) da Turnitin, através do serviço [Similarity Check](https://www.crossref.org/similarity-check/) da [Crossref](https://www.crossref.org/).



PUBLISHER

Sociedade Brasileira de Educação Matemática - Regional Tocantins ([SBEM-TO](https://sbemto.org/)). Publicação no [Portal de Eventos e Revistas](https://portaldeeventoserevistas.org/) da SBEM-TO. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.



EDITOR

Dailson Evangelista Costa  

AVALIADORES

Dois pareceristas *ad hoc* avaliaram este manuscrito e não autorizaram a divulgação dos seus nomes.

HISTÓRICO

Submetido: 07 de fevereiro de 2025.

Aprovado: 11 de maio de 2025.

Publicado: 03 de junho de 2025.